

QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS DA PESQUISA SOCIAL E EDUCACIONAL

Maria Nobre Damasceno*

A Ciência e a Produção do Conhecimento Social

O **que fazer** do cientista social atravessa um momento de reflexão e crítica que não se restringe apenas ao método ou aos procedimentos técnicos, mas atinge o cerne de seu trabalho, o processo de produção do conhecimento e as finalidades da própria ciência na sociedade.

A relevância desta questão deriva do fato de que a ciência é um produto cultural, gerado por homens inseridos em sociedades concretas, em função de necessidades específicas. No caso das sociedades marcadas pelo antagonismo das classes sociais, o aparelho científico acaba sofrendo a influência da contradição social, passando a servir também aos interesses específicos dos grupos sociais, notadamente dos dominantes. Quer dizer, a visão de mundo oriunda de determinada classe condiciona não apenas a interpretação dos fatos sociais, mas encontra-se presente desde o primeiro momento da pesquisa, na escolha do objeto de estudo.

Com efeito, no âmbito das ciências sociais, os problemas investigados pelo aparelho da ciência oficial não são, via de regra, aqueles que afetam diretamente as classes subalternas. Na verdade, a ciência convencional, apoiada no paradigma positivista-funcionalista tem produzido uma ciência que visa garantir o **bom funcionamento** da sociedade estabelecida. Desta perspectiva, o pesquisador é um **observador imparcial** da realidade, que estuda os grupos sociais (situado de fora destes) e busca mecanismos visando assegurar o seu melhor funcionamento.

* Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Por seu turno, a prática sócio-educativa dos agentes sociais junto às organizações populares (sobretudo na América Latina) tem evidenciado a necessidade de uma compreensão sistemática e metódica da realidade social dos grupos subalternos. Ou seja, o crescente envolvimento de trabalhadores sociais com as camadas populares tem mostrado a necessidade de uma linha de pesquisa que trabalhe com os grupos populares, a fim de construir, a partir do seu interior, um conhecimento que contribua para uma correta interpretação da realidade social e auxilie na busca do caminho para superar a dominação.

Esta preocupação decorrente da prática social chega aos centros de estudos (de filosofia, ciências sociais, educação, etc, onde é pensada e produzida a ciência social) e se integra à discussão teórica realizada por intelectuais progressistas que enfatizam o caráter anti-histórico e anti-dialético do processo de produção do conhecimento na sociedade burguesa. Tal reflexão indica que, na raiz do problema, está o próprio modelo de ciência usado, em função do qual o cientista social apreende a realidade como se ela fosse estática e pudesse ser captada através de uma **fotografia**; de outro modo, quando o investigador tem que problematizar a realidade levando em conta as estruturas e os movimentos sociais e interpretá-la à luz das contribuições teóricas está desenvolvendo um esforço sistemático, metódico e crítico, visando descobrir a estrutura oculta desta realidade.

Apoiando-se nessa reflexão teórica e prática desenvolve-se todo um esforço no sentido de romper com o monopólio do conhecimento, fato que implica na busca de abordagens de pesquisa que permitam conhecer o real, na perspectiva de transformá-lo em função dos interesses da maioria da sociedade. Parte-se do pressuposto de que o trabalho do cientista tem clara conotação de classe, sendo que, no centro desta questão, encontra-se o significado político do conhecimento social, envolvendo o reconhecimento da unidade teoria-prática e o compromisso político do investigador com os movimentos populares.

O ponto de partida deste trabalho consiste em considerar o saber popular como matéria prima, como fonte do processo de investigação. Desta ótica, reconhece-se, por um lado, a enorme importância assumida pelo conhecimento popular, visto que, baseados nele, os grupos subalternos têm realizado sua prática produtiva, têm interpretado e vivido sua realidade e têm exercitado sua capacidade criativa. Por outro lado, faz-se necessário clarificar a natureza histórica deste saber fundado no senso comum. Conforme ensina Gramsci, este saber se caracteriza por uma "confusão de informações, um mosaico de contribuições variadas, às vezes contraditórias".¹

O senso comum é repleto de noções provenientes de diferentes períodos históricos, arrastando, muitas vezes, princípios científicos superados, sem passar pelo crivo da crítica. Daí seu caráter fragmentário e incoerente. A consequência maior dessa formação realizada através do senso comum é a ausência de uma consciência coerente e crítica que fundamente a ação humana.

O reconhecimento da importância e dos limites do saber fundado no senso comum, por parte do cientista social comprometido com o movimento popular, impõe a tarefa de reconstrução do conhecimento social apropriado à maioria da sociedade. Este trabalho de reelaboração deve começar necessariamente pela **sabedoria popular**, a partir da discussão sobre o modo como foi engendrada. Isto implica conhecer a própria história que a produziu. Somente a partir deste momento de crítica é possível pensar a realidade dos grupos sociais como história e como cultura e, mais ainda, avançar no sentido da sua transformação.

Ora, se o conhecimento baseado no **senso comum** é, via de regra, inconsistente, fragmentário e, muitas vezes, contraditório, faz-se necessário recriá-lo, tornando consistente seus princípios. A posição aqui assumida é a de que este conhecimento social resultante deve constituir-se numa **síntese aberta**; para tanto, a tarefa de reinvenção deve operar

dialeticamente, com elementos significativos tanto do **senso comum**, quanto do **saber científico**, ambos submetidos ao crivo da crítica.

Quer dizer, este processo de reelaboração deve colocar a teoria social a serviço da maioria da sociedade, de forma que estes grupos possam usá-la (com auxílio de seus intelectuais orgânicos) como ferramenta para análise crítica da realidade, com suas múltiplas determinações, e enxergar os caminhos adequados para a transformação social. Nessa perspectiva, a investigação social é visualizada como atividade de reflexão teórico-metodológica e como prática política.

A pesquisa social, nesta ótica, requer uma abordagem teórico-metodológica de natureza dialética, visto que esta se caracteriza pela postura epistemológica do investigador. Assim, a metodologia dialética apresenta-se como uma alternativa apropriada ao estudo das relações entre a consciência e as práticas pedagógicas dos grupos populares, pois seu emprego torna possível a captação e a interpretação, tanto dos níveis de internalização da concepção de mundo dos grupos dominantes que atuam condicionando e fragmentando a consciência popular, quanto daqueles alcançados pela consciência histórico-crítica, além do desenvolvimento dos processos educativos e organizativos que se orientam no sentido da transformação da sociedade.

Reflexão sobre a Metodologia de Pesquisa

Numa abordagem metodológica crítica, o método adquire importância na medida em que se integra ao conjunto das relações que processam a elaboração do conhecimento. Contribui, assim, para a integração entre a parte (o fenômeno estudado) e o todo (a teorização). É nesta perspectiva que assume importância a metodologia crítico-dialética, aqui entendida como um instrumento apropriado na captação dos fatos sociais e, sobretudo, na sua análise interpretativa, com vista à transformação da realidade.

De fato, a característica fundamental do modo de pensar dialético reside na tentativa de compreensão total da realidade social. Por essa razão, observa-se, nesta forma de pensamento, uma preocupação constante com a integração empírico-teórica, isto é, com o movimento que vai do todo

¹ GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 20

O ponto de partida deste trabalho consiste em considerar o saber popular como matéria prima, como fonte do processo de investigação. Desta ótica, reconhece-se, por um lado, a enorme importância assumida pelo conhecimento popular, visto que, baseados nele, os grupos subalternos têm realizado sua prática produtiva, têm interpretado e vivido sua realidade e têm exercitado sua capacidade criativa. Por outro lado, faz-se necessário clarificar a natureza histórica deste saber fundado no senso comum. Conforme ensina Gramsci, este saber se caracteriza por uma "confusão de informações, um mosaico de contribuições variadas, às vezes contraditórias".¹

O senso comum é repleto de noções provenientes de diferentes períodos históricos, arrastando, muitas vezes, princípios científicos superados, sem passar pelo crivo da crítica. Daí seu caráter fragmentário e incoerente. A consequência maior dessa formação realizada através do senso comum é a ausência de uma consciência coerente e crítica que fundamente a ação humana.

O reconhecimento da importância e dos limites do saber fundado no senso comum, por parte do cientista social comprometido com o movimento popular, impõe a tarefa de reconstrução do conhecimento social apropriado à maioria da sociedade. Este trabalho de reelaboração deve começar necessariamente pela **sabedoria popular**, a partir da discussão sobre o modo como foi engendrada. Isto implica conhecer a própria história que a produziu. Somente a partir deste momento de crítica é possível pensar a realidade dos grupos sociais como história e como cultura e, mais ainda, avançar no sentido da sua transformação.

Ora, se o conhecimento baseado no **senso comum** é, via de regra, inconsistente, fragmentário e, muitas vezes, contraditório, faz-se necessário recriá-lo, tornando consistente seus princípios. A posição aqui assumida é a de que este conhecimento social resultante deve constituir-se numa **síntese aberta**; para tanto, a tarefa de reinvenção deve operar

dialeticamente, com elementos significativos tanto do **senso comum**, quanto do **saber científico**, ambos submetidos ao crivo da crítica.

Quer dizer, este processo de reelaboração deve colocar a teoria social a serviço da maioria da sociedade, de forma que estes grupos possam usá-la (com auxílio de seus intelectuais orgânicos) como ferramenta para análise crítica da realidade, com suas múltiplas determinações, e enxergar os caminhos adequados para a transformação social. Nessa perspectiva, a investigação social é visualizada como atividade de reflexão teórico-metodológica e como prática política.

A pesquisa social, nesta ótica, requer uma abordagem teórico-metodológica de natureza dialética, visto que esta se caracteriza pela postura epistemológica do investigador. Assim, a metodologia dialética apresenta-se como uma alternativa apropriada ao estudo das relações entre a consciência e as práticas pedagógicas dos grupos populares, pois seu emprego torna possível a captação e a interpretação, tanto dos níveis de internalização da concepção de mundo dos grupos dominantes que atuam condicionando e fragmentando a consciência popular, quanto daqueles alcançados pela consciência histórico-crítica, além do desenvolvimento dos processos educativos e organizativos que se orientam no sentido da transformação da sociedade.

Reflexão sobre a Metodologia de Pesquisa

Numa abordagem metodológica crítica, o método adquire importância na medida em que se integra ao conjunto das relações que processam a elaboração do conhecimento. Contribui, assim, para a integração entre a parte (o fenômeno estudado) e o todo (a teorização). É nesta perspectiva que assume importância a metodologia crítico-dialética, aqui entendida como um instrumento apropriado na captação dos fatos sociais e, sobretudo, na sua análise interpretativa, com vista à transformação da realidade.

De fato, a característica fundamental do modo de pensar dialético reside na tentativa de compreensão total da realidade social. Por essa razão, observa-se, nesta forma de pensamento, uma preocupação constante com a integração empírico-teórica, isto é, com o movimento que vai do todo

¹ GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 20

às partes e destas ao todo. Reconhece-se que um elemento adquire significação quando é inserido ao conjunto que lhe dá coerência. E este elemento, ao integrar-se, modifica o todo, caracterizando o conhecimento como um processo em contínua transformação.

No caso das ciências sociais, esta parte do todo refere-se ao grupo, uma vez que nenhuma ação humana tem como sujeito o indivíduo. O sujeito da ação humana é sempre **nós**. E o todo é entendido na perspectiva dialética das classes sociais (teoria das classes sociais). Daí a consciência de classe ser entendida por Goldmann como "o conceito fundamental em ciências históricas e sociais", e como "o principal conceito operatório do pensamento dialético".

Portanto, o caminho metodológico dialético consiste em ir do fato empírico (imediate) para a visão conceitual (mediata) e vice-versa. Isto significa que, do ponto de vista lógico, a dialética constitui-se num circuito de relações que envolve duas metades, complementares e contraditórias: o semicírculo indutivo, que termina pela produção da idéia (abstração, a partir da experiência) e a atividade operatória, que desce da idéia universal ao conhecimento das partes a que ela se aplica e que se exprime na ação transformadora sobre a realidade particular (semicírculo dedutivo do ato unitário do conhecimento).

Essa característica definidora do método processual dialético torna possível apanhar e trabalhar os elementos contraditórios da realidade social investigada. Na verdade, segundo Carpeaux, "a dialética, como lógica do movimento, resolve as contradições que uma lógica apenas estática não pode e não consegue eliminar".⁴

A reflexão crítica acerca da natureza do processo de produção da ciência recai também sobre os procedimentos técnicos destinados à apreensão da realidade empírica, uma vez que estes, como já se ressaltou, são

2

GOLDMANN, L. *Dialética a cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 91
PINTO, A.V. *Ciência e existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. p. 33

⁴ CARPEAUX, O.M. Apresentação. In: FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. São Paulo, Ática, 1978, p. 12

elementos integrantes do processo de investigação, entendido como um todo. A crítica relativa ao modo de obtenção das informações, como expõe Thiollent, foi desenvolvida principalmente "pela sociologia fenomenológica e pela sociologia crítica".⁵

A contribuição da sociologia fenomenológica⁶ nos permite repensar as relações entre os pólos investigador e investigado, no sentido de assegurar comunicação entre ambos, situando-os como parceiros de uma atividade comum. Torna-se necessário redimensionar os procedimentos técnicos de pesquisa, tais como entrevista e observação, de maneira que permitam aos investigados posicionarem-se e participarem como sujeitos e não como objetos da pesquisa, possibilitando, ao mesmo tempo, a apreensão da realidade por parte do pesquisador.

Torna-se imprescindível enriquecer esta discussão com a contribuição crítica de Bourdieu⁷ acerca da metodologia de investigação. O ponto nevrálgico de sua reflexão refere-se ao modo como são concebidos e aplicados os instrumentos e técnicas de coleta de informações, quer pelos cientistas sociais da tendência espontaneísta, quer pelos partidários do modelo empiricista de ciências. Em sua opinião, o fundamental na pesquisa social é a definição clara dos pressupostos teóricos, que devem nortear todo o processo investigativo.

Portanto, quando se trata de definir os procedimentos técnicos para a obtenção das informações, é importante não esquecer que os procedimentos de coleta adquirem significação na medida em que se mostram adequados à teoria e à realidade investigada. Por conseguinte, uma técnica, como a entrevista não-diretiva, se de fato for concebida e aplicada partindo da premissa de que não pressupõe nenhuma teoria ou problemática prévia, a rigor, torna a pesquisa impossível uma vez que uma das características marcantes da pesquisa científica é a teorização como ponto de partida, que, por sua vez, guia a coleta de informações.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1982.

SCHUTZ, P. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

BOURDIEU, P. et alii. *El oficio del sociólogo, pressupuestos epistemológicos*. México, Siglo Veintiuno, 1978.

Assim, num processo de pesquisa não é suficiente focar a entrevista não-diretiva sobre uma temática qualquer e deixar que o pólo investigado conduza a conversação para onde quiser. Não resta dúvida que se faz absolutamente necessária uma problemática capaz de direcionar os procedimentos de coleta de informações, quer se trate da entrevista, quer da observação sistemática, demarcando não apenas seu foco, mas também seus limites.

É válido destacar que, via de regra, esta problemática implicitamente sempre existe, fazendo-se necessário não deixá-la à sombra, mas explicitá-la com o máximo de clareza, para que o pólo investigador não imponha irreflexividade ao pólo investigado. Isso porque a teoria, implícita na prática, quanto menos consciente, mais possibilidades tem de não ser controlada e, portanto, de ser inadequada ao objeto de estudo em sua especificidade.⁸

Ora, sem uma teorização previamente definida, parece impossível que o pesquisador possa assegurar o "controle metodológico"⁹ ou a "vigilância epistemológica"¹⁰, para cuja efetivação é exigida a explicitação dos pressupostos que norteiam a investigação.

Essa reflexão crítica não deve ser entendida como uma condenação pura e simples das técnicas não-diretivas. A preocupação é bem mais ampla. De fato, há que se ressaltar que a validade de uma técnica científica depende de sua inserção num projeto de pesquisa que comunique com clareza a teoria que o direciona. A ausência ou deficiência desta explicação teórica (ainda que entendida como uma direção provisória) prejudica a coerência do processo de pesquisa em termos de definição da problemática prévia, coleta de informação e interpretação da realidade apreendida.

Por conseguinte, a concretização de pesquisas em realidades sociais dinâmicas, como a consciência social e a educação, baseadas na teoria

⁸ Idem, p. 60

⁹ THIOLENT. op. cit., p. 21

A expressão é empregada por BACHELARD, Gaston. La formation de l'esprit scientifique. Paris, Jvrrin, 1970, e por BOURDIEU, op. cit.

de classes sociais, requer, necessariamente, o emprego de técnicas apropriadas que permitam a captação de informações de ordem qualitativa. Deve ser, ainda, acrescentado que os estudos de cunho puramente quantitativistas correm o risco de apanhar tão-somente a aparência do fenômeno e não a sua estrutura. No caso da pesquisa sobre consciência de classe, os procedimentos de coleta fechados, tipo questionário ou entrevista estruturada, tendem a captar, no máximo, a consciência real, por serem inadequados ao estudo da consciência possível.¹¹

Em nome da neutralidade científica, os pesquisadores sociais empiristas constroem e impõem à população investigada situações de pesquisa que não levam em conta os desníveis sócio-culturais e as diferenças de comunicação existentes entre investigador e investigado.¹² Em consequência, obtém não uma adequada representação do real, mas uma realidade distorcida. Em razão disto, as análises acabam considerando diferente o que na realidade é idêntico, equiparando elementos que são distintos, comparando o incomparável e deixando de comparar o que é comparável.¹³

Ao analisar o problema da neutralidade das ciências, Menezes destaca que a concepção da ciência como atividade neutra é "contraditória em si mesma, pois que significa atribuir-lhe o valor de neutralidade como uma atitude de preferência a outras possíveis", e acrescenta que "sustentar a neutralidade da ciência representa de fato uma forma de ocultação ideológica de seu caráter histórico e de seu compromisso com os interesses dominantes".¹⁴

¹¹ Consultar RAINHO, F. **Os peões do grande ABC**. Petrópolis, Vozes, 1980. p. 20

¹² Os estudos, tanto de Schatzman quanto de Bernstein, mostram que existem diferenças de comunicação em função das classes sociais. Consultar a respeito ROBINSON, M. **Linguagem e comportamento social**. São Paulo, Cultrix, 1977, especialmente o capítulo 8.

¹³ BOURDIEU, op. cit. p. 56

¹⁴ MENEZES, E. Diatay B. de. Sobre a neutralidade das ciências. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, 9(1/2): 15-40, 1978.

Assim, pensa-se ser extremamente importante compreender que o problema da adequação dos procedimentos metodológicos à realidade pesquisada não reside, fundamentalmente, na construção de instrumentos rigorosos e refinados em si mesmos. Tampouco a questão se resolve pelo caminho do puro espontaneísmo, pois isto não evita que as formulações dos sujeitos investigados sejam substituídas por aquelas de quem investiga, obtendo-se uma mescla falsamente científica e falsamente objetiva.¹⁵

O fundamental é o pesquisador compreender que a verdade que pretende alcançar relaciona-se com os limites do sistema teórico adotado. Portanto, uma solução aproximativa consiste em ampliar o horizonte teórico, aprofundar o confronto crítico e manter um grande esforço para explicitar as crenças, aspirações e ideologias desde o início da pesquisa.¹⁶

A Metodologia Crítica na Prática da Pesquisa Sócio-educacional

A reflexão teórico-metodológica sucintamente exposta orientou a concretização da pesquisa **Prática Educativa e Consciência do Campesinato: uma Contribuição ao Estudo da Educação Popular Realizada nas Comunidades de Base**.¹⁷ Nesta parte do presente artigo, apresenta-se e discute-se as principais etapas da referida investigação, tentando mostrar a relação teoria-prática na abordagem de pesquisa, aqui assumida.

O problema da pesquisa

Quando se tenta formular claramente um problema de pesquisa no âmbito das ciências sociais, percebe-se que há uma indissociação teoria-prática, ou seja, à proporção que os vários aspectos da questão vão se

tornando mais nítidos, descobre-se que o conhecimento humano não existe em nenhum grau, se desligado da prática social.

Por conseguinte, é preciso que o investigador esteja convencido de que o problema da pesquisa tem uma existência real, antes de ser um **problema de análise**, e é algo que existe gerado pela prática social. Como parte da realidade social, o problema se reveste de múltiplas dimensões e constitui sério desafio para o pesquisador, necessitando ser delimitado naquelas dimensões que interessam ao foco da análise.

Com efeito, a experiência demonstra ser impossível criar um problema sociológico (problema de análise) onde não existe um problema real, gestado pela prática social. Pretende-se, com isto, ressaltar que, ao se formular um problema de pesquisa, necessário se faz indicar as dimensões da realidade objeto de nossas preocupações para, a seguir, problematizá-las, relacionando-as com uma teoria (explicação científica já produzida acerca da problemática enfocada).

Na prática da pesquisa aqui referenciada, o ponto de partida teórico é o entendimento da educação como uma prática histórica e social que se liga diretamente às condições materiais de existência e à realidade subjetiva — esta, referindo-se ao modo de pensar e às concepções de mundo do grupo social onde a mesma se realiza. Isso ocorre porque os grupos humanos não produzem apenas a vida material, mas, ao fazê-lo, elaboram, ao mesmo tempo, um conjunto de idéias, de representações que vinculam às condições de existência; e, mais ainda, a produção não material de um grupo pode levá-lo a ultrapassar as condições de existência e a contribuir para a transformação da realidade objetiva.¹⁸

¹⁵ BOURÛIEU, op. cit. p. 57

¹⁶ MENEZES, op. cit. p. 24

¹⁷ A pesquisa constitui a tese de doutoramento desta autora.

18

Este fato é reconhecido por K. Marx na sua terceira **Tese sobre Feuerbach** e posteriormente retomado e aprofundado por Antônio Gramsci, em **Concepção dialética da história e os intelectuais e a organização da cultura**, ambos editados pela Civilização Brasileira, em 1978.

Na raiz desse modo de entender a educação como uma prática profundamente articulada aos fatos fundamentais que constituem o cerne da sociedade, quais sejam a produção, a reprodução e a transformação social, tanto quanto no que concerne ao respaldo teórico, estão o peso da convivência e da reflexão envolvendo a realidade de grupos populares, notadamente os camponeses.

No que se refere às condições de vida e de trabalho, a história do camponês nordestino, em geral, e cearense, em particular, confunde-se com a própria história da opressão e injustiça, tratando-se de uma situação marcada pela contradição.

Em várias áreas onde prevalece esta situação, desenvolve-se uma prática de educação popular concretizada através de comunidades de base. Há diversas localidades em que o trabalho educativo tem possibilitado um processo de reflexão sobre essa realidade, esboçando-se a tomada de consciência face ao processo de expropriação que submete o camponês ao capital e, até mesmo, um processo embrionário de luta.

No quadro exposto, quanto às práticas educativas das quais participam os camponeses, particularmente a prática de educação popular constitui um campo privilegiado de análise, pois acredita-se que na concretização do ato educativo entra em jogo não apenas a mistificação da ideologia dominante, mas também o esforço de reelaboração ideológica e organização da classe dominada. Na medida em que as contradições das desigualdades sociais vão sendo desocultadas pelo camponês, esta nova situação reflete-se no **que fazer** educativo, ampliando sua visão crítica. Dessa perspectiva, a educação pode constituir-se para as classes subalternas em um instrumento útil à sobrevivência e até mesmo à sua libertação.¹⁹

A pesquisa foi pensada considerando, por um lado, a realidade concreta do camponês e, por outro, a prática pedagógica predominante na área,

¹⁹ PAIVA, Vanilda. Estado e educação popular: recolocando o problema. In: BRANDÃO, Carlos, org. A questão política da educação popular. São Paulo, Brasiliense, 1980.

qual seja, a experiência de educação popular desenvolvida pelas comunidades de base. O estudo elegeu, como núcleo problemático, a compreensão das inter-relações que ocorrem entre: a) as condições objetivas de existência; b) a prática pedagógica vivenciada pelo pequeno produtor do sertão cearense; c) a consciência social e a organização do campesinato, tentando clarificar e qualificar suas vinculações com a vida material e o modo de pensar do grupo camponês.

Referencial teórico e categorias de análise

Quadro de referência teórico

Na investigação social, o pesquisador corre o risco de apreender tão-somente uma **pseudococoncreticidade**, ou seja, captar apenas a **aparência** do fenômeno social, "sem desocultar a estrutura da coisa em si".²⁰ Para superar tal risco o cientista necessita instrumentalizar-se, munindo-se de conceitos teóricos básicos que permitam compreender a essência do fenômeno estudado e, além disto, a sua interpretação, mediante a integração do fato investigado ao todo social.

Tendo em vista o problema enunciado, buscou-se um arcabouço teórico suficientemente abrangente para dar conta da realidade empírica que se pretende estudar. Adotou-se, então, como quadro de referência, o materialismo histórico, privilegiando os conceitos de relações sociais de produção, classes sociais, consciência de classe e visão dialética da educação.

A matriz para a análise do problema de classes sociais trabalhada deriva do conceito de relações sociais de produção de Marx. Isso implica em apreender a **estrutura** (a forma social que assume as relações sociais de produção) e a **história** (o movimento que advém das contradições sociais inerentes às relações de produção).

Dessa ótica, visualiza-se nas relações sociais de produção capitalista os dois pólos fundamentais que entram em ligação — o **trabalho** (representa-

KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. cap. 1

tado pela força de trabalho daqueles que não dispõem de meios de produção). Esse esquema mostra serem as relações de produção capitalista, essencialmente, relações de classe e relações de poder, que se unem e se opõem dialeticamente.

Essa matriz teórica permite avançar para a problemática das classes sociais no campo; com efeito, o campesinato constitui um dos componentes das classes subalternas do sistema capitalista.²¹ O aprofundamento dessa questão encontra-se nas pesquisas sobre a evolução e as transformações recentes na agricultura brasileira, conforme mostram os estudos de Oliveira²², Martins²³, Pinsky²⁴ e Silva²⁵, entre outros.

Na abordagem do conceito de consciência de classe **real e possível** recorreu-se a Marx, aprofundando-se com as contribuições teóricas de Lukacs²⁶, Goldmann²⁷, Gramsci²⁸ e Paranhos²⁹.

A reflexão nessa área mostra que a consciência de classe dos setores populares não pode ser entendida como uma realidade concluída e estática, mas como um processo, uma realidade dinâmica em permanente formação e transformação. Essa dimensão formativa da consciência de classe é determinada não apenas pelas condições **objetivas** (a atividade produtiva), mas também por elementos **subjetivos**, provenientes da superestrutura (fatores culturais, políticos e ideológicos, onde a prática educativa desempenha papel preponderante).

²¹

MARX, K. O dezoito brumário de Napoleão Bonaparte. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 4 ed., Petrópolis. Vozes, 1981. 88p.

MARTINS, J.S. Expropriação e violência. São Paulo, HUCITEC, 1979.

²⁴ PINSKY, J., org. Capital e trabalho no campo. São Paulo, HUCITEC, 1977.

SILVA, Sérgio. Valor e renda da terra. São Paulo, Polis, 1981.

²⁶ LUKACS, G. História e consciência de classe. Lisboa, Escorpião, 1974.

²⁷ GOLDMANN, L. Dialética e ciências humanas. Lisboa, Presença, 1973; Ciências humanas e filosofia. São Paulo, DIFEL, 1973.

GRAMSCI, A. A concepção dialética da história, op. cit.

²⁹

PARANHOS, A. Consciência de classe e consciência possível. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, 20 (8): 5-8, out. 1976.

Quanto à visão de educação, é conveniente explicitar o pressuposto utilizado como elemento norteador da presente discussão, qual seja, o de que a educação compõe, com outras forças sociais, um campo dinâmico: a sociedade civil, que não constitui uma realidade harmônica, mas, ao contrário, o lugar do conflito social. O que se está querendo destacar é o **caráter** dialético da sociedade civil em decorrência da luta pela hegemonia, entendida como direção da sociedade. A hegemonia é normalmente exercida pela classe dominante — tendo em vista sua posição na estrutura de produção e no controle da sociedade política — que, a grosso modo, corresponde ao Estado. Este, a rigor, não tem uma concepção unitária, coerente e hegemônica. Em termos concretos, a hegemonia constitui-se numa realidade mais complexa e dinâmica, envolvendo as relações entre dirigentes e dirigidos.

Para esta análise é importante ressaltar que as práticas educativas da sociedade civil não são apenas as que a escola realiza, mas também aquelas desenvolvidas pelos sindicatos, partidos políticos, igrejas, etc. A partir do pressuposto anteriormente esboçado, é possível negar que a educação seja um mero instrumento da classe dominante. A perspectiva, alicerçada no pensamento gramsciano, é que a análise da prática educativa tem que ser necessariamente de caráter dialético, uma vez que esta situa-se num campo de forças sociais em conflito. Portanto, a prática educativa tem que ser estudada como um instrumento político que, tanto pode estar a serviço da reprodução social, quanto da transformação social.

As bases e os mecanismos práticos para uma educação dialética encontram-se formulados nas obras de Gramsci³⁰ e Freire³¹, bem como nas

A obra de Gramsci é vasta; destacamos aqui apenas os livros que usamos como fonte direta: Concepção dialética da história, op. cit.; Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; Cartas do cárcere. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978 e La alternativa pedagógica. Barcelona, Nueva Terra, 1976.

Com relação à obra de Freire, citamos aqui aqueles trabalhos considerados fundamentais na elaboração do seu pensamento: A educação como prática de liberdade. Petrópolis, Vozes, 1971; Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; Educação e mudança. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

daqueles que estudaram e aperfeiçoaram o pensamento e a prática pedagógica dos referidos autores. Estudos como estes vêm, a cada dia, se avolumando.

Apoiando-se numa concepção dialética gramsciana da educação, Saviani³² distingue, no processo de inserção da educação na luta hegemônica, dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: o momento da negatividade, que consiste na crítica, na desmistificação da ideologia dominante, tratando-se, portanto, de uma desarticulação, e o momento positivo, construtivo de uma educação popular, que significa trabalhar o **senso comum**, ou seja, a consciência fragmentada, de forma a elaborar uma concepção de mundo coerente e adequada aos interesses populares.

A partir deste arcabouço teórico, privilegia-se as vinculações entre hegemonia, educação e consciência de classe, sendo destacada a importância da prática educativa e da prática produtiva na formação da consciência do camponês.

Categorias de análise

As categorias de análise apresentadas a seguir, estão inteiramente ancoradas no marco de referência teórico e constituem uma medida de especificação dos pontos sob os quais incidem a análise realizada no trabalho.

Em primeiro lugar, é conveniente lembrar que todo o esforço analítico desenvolvido tem como eixo central a tentativa de aplicação do método dialético, mediante o qual busca-se apreender e interpretar as inter-relações entre as realidades objetiva e subjetiva, ou seja, entre as instâncias infra-estrutural e superestrutural. A partir deste ponto, foi possível pensar o encaminhamento analítico que comporta três níveis de análise, explicitando-se dentro de cada nível, as categorias.

O primeiro nível de análise se alicerça no conceito marxista de relações

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Cortez, 1980. p. 11

sociais de produção, com base no qual procura-se proceder a uma análise da situação do camponês. Especifica-se aqui duas categorias básicas: a) a composição do grupo camponês, tendo como elementos as frações que o compõe; b) a sujeição da pequena produção camponesa ao capital — os elementos considerados aqui foram o trabalho familiar, a posse e uso da terra, as outras condições de produção e a comercialização dos produtos agrícolas.

O segundo nível de análise tem por eixo o conceito gramsciano de hegemonia; trata, então, das relações entre hegemonia e educação e procura situar a função exercida pela educação sob o duplo enfoque da reprodução e da transformação social. Trabalha-se nesta parte com três categorias principais:

a) a proposta educativa das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) inserida no projeto mais amplo de educação católica, considerando-se a concepção de homem, de sociedade, o projeto explícito ou implícito e o próprio conflito ideológico contido no discurso da proposta da Igreja;

b) o saber reproduzido ou elaborado no curso da prática de educação comunitária das CEBs, destacando a formação e a ação solidária desenvolvida através da prática pedagógica;

c) as relações de poder gestadas ou reproduzidas através desta ação educativa, considerando-se, aqui, as relações entre instituição e agente externo, agente externo e agente interno (líderes), agente interno e grupo de base.

O terceiro nível apóia-se no conceito de hegemonia e consciência de classe real e possível, com todo um esforço no sentido de compreender as vinculações entre as realidades objetiva e subjetiva. Define-se as seguintes categorias básicas:

a) a auto-identificação como classe, expressa mediante a existência de traços ideológicos específicos e os interesses reais de classe;

b) concepção e atitudes face ao processo político; e

c) o projeto camponês, isto é, a organização e a prática política do campesinato na área.

Procedimentos para obtenção das informações

A etapa da coleta das informações é o momento mais enriquecedor de todo o processo de pesquisa social, posto que permite o contato direto do pesquisador com a realidade investigada. Para facilitar a aproximação do **pólo investigador** (equipe de pesquisa) com o **pólo investigado** (população que se constitui em sujeito da pesquisa) é importante que se obtenha, antes de entrar na área, o máximo de informações acerca do contexto e do grupo a ser pesquisado.

No caso do estudo aqui enfocado, houve a preocupação de contextualizar a área e esboçar um perfil do grupo antes de iniciar o trabalho de campo. Isto foi realizado por diversos meios: estudo da documentação relativa ao trabalho da educação católica com grupos populares, conversas com os agentes educativos externos que assessoram o trabalho popular no meio rural, estudos sobre as atividades econômicas da microrregião, além de contato com as lideranças comunitárias através do **IX Seminário Rural**, promovido pela Assessoria Rural da Arquidiocese de Fortaleza, no qual estiveram presentes representantes de cerca de 80 comunidades de base. Para completar, fez-se visitas a várias comunidades objetivando selecionar a área da pesquisa.

O conhecimento travado com as lideranças comunitárias no referido seminário foi de suma importância, pois facilitou a entrada na área, a inserção na comunidade e o contato com os diferentes grupos.

Durante o período da coleta dos dados decidiu-se residir na área, visando uma melhor comunicação com os grupos estudados e a obtenção de uma visão, a mais ampla possível, da realidade. Este fato possibilitou o emprego de múltiplos procedimentos de coleta, como a observação participante, a entrevista enfocada e o estudo da documentação, de cujo processo resultou um rico material informativo.

a) Estudo da documentação

A documentação incluiu tanto os documentos básicos que definem diretrizes educacionais (pressupostos e finalidades), quanto os planos opera-

tivos, programas, propostas, projetos, que direcionam as ações dos agente-educadores e, ainda, os materiais didáticos (livros, cartilhas, impressos, cartazes, etc.) que se relacionam mais diretamente com as atividades dos grupos. Com este tipo de análise, pretende-se, sobretudo, averiguar em que medida existe coerência entre o discurso contido na aludida documentação e a prática pedagógica.

b) Observação participante

Durante o período necessário para a coleta de informações, utilizou-se a observação sistemática e direta tendo como foco aqueles aspectos da realidade que correspondem à temática da pesquisa. Esta foi realizada em diferentes locais e situações: na casa dos camponeses e dos agentes educativos, em situações de trabalho do camponês, nos locais onde se desenvolvem as práticas pedagógicas, em reuniões e encontros envolvendo os vários grupos, no comércio local, em situações políticas como comícios, comitês políticos, sindicatos e em situações de ajuda mútua, como mutirões.

Nos fatos e situações concretas, objeto da observação direta, considerou-se importante observar o ambiente, os atores sociais, o relacionamento entre os atores em termos de harmonia ou conflito social, a linguagem que utilizam para comunicar-se (inclusive a não-verbal), os modos de operar e pensar.

Os fatos e situações observados foram registrados de maneira completa e com o máximo de precisão, evitando-se confiar na memória do observador. Os registros foram feitos, durante ou após a observação, num caderno do tipo diário de campo.

c) Entrevista

A temática da pesquisa possibilitou empregar, basicamente a **entrevista enfocada** quanto ao número de participantes, trabalhando-se com três tipos de entrevistas: individual, familiar e grupai.

A entrevista individual realizou-se com aquelas pessoas que, ao juízo

dos pesquisadores, aparecem como podendo oferecer contribuições relevantes para 3 pesquisa, tais como agentes-educadores, líderes formais ou informais, camponês que de algum modo se destaque, pessoas que demonstrem melhor conhecimento da área, camponeses sindicalizados e não sindicalizados, elementos representativos dos pequenos proprietários, parceiros e posseiros.

Na entrevista familiar, considerou-se, como unidade básica da investigação, o grupo familiar, uma vez que corresponde à unidade produtiva camponesa bem como permite verificar as relações microssociológicas que ocorrem entre a família e os processos educativos e produtivos.

Quanto à entrevista grupai, considera-se que deveria ser realizada após a fase de inserção nos vários grupos e de uma série de entrevistas individuais e familiares. Esta modalidade de entrevista foi usada objetivando suplementar e aprofundar informações obtidas, bem como explorar contradições evidenciadas no processo de captação da realidade.

Durante todo o processo de obtenção de informação, cuja fase mais intensiva durou oito meses, realizou-se uma grande quantidade de entrevistas, notadamente de entrevistas familiares. Para dar uma idéia, basta lembrar que se trabalhou, sistematicamente, com 56 famílias camponesas e, com cada uma delas, fez-se, em média, três entrevistas: a primeira girou em torno das condições de vida e de trabalho camponês da área; a segunda centrou-se na ação educativa, sobretudo, aquela realizada através da comunidade de base e, a última, tratou sobre as concepções e atitudes dos habitantes locais face à política, às informações que eles tinham sobre partidos políticos e, enfim, à sua participação nos partidos e no sindicato dos trabalhadores rurais.

No curso das entrevistas teve-se sempre em mente a problemática da pesquisa, particularmente as categorias investigadas. A definição do caminho a seguir no desenvolvimento de cada tipo de entrevista foi determinado, em parte, pela própria prática. Assim, ao iniciar-se cada fase da investigação procurou-se realizar algumas entrevistas pilotos, a partir das quais foi possível selecionar as questões mais relevantes. Certamente, auxiliou muito nesta tarefa o processo contínuo de observação partici-

pante em decorrência da permanência na localidade por oito meses consecutivos.

Julga-se oportuno salientar que, visando garantir uma maior fidedignidade das informações, além das entrevistas pilotos já referidas, procurou-se fazer perguntas semelhantes em diferentes situações e com diferentes grupos, bem como, proceder-se ao confronto crítico entre os dados coletados através de entrevistas e aqueles obtidos mediante a observação participante.

Roteiro para obtenção das informações

Na elaboração do roteiro levou-se em conta o referencial teórico e a realidade social do camponês objeto da pesquisa. Entende-se que o roteiro deve consistir numa tradução dos aspectos fundamentais norteadores do estudo. Assim, construiu-se um conjunto de itens e questões abertas que orientaram os vários procedimentos de coleta de informações.

A natureza eminentemente qualitativa da pesquisa não comportou uma testagem de instrumento própria da investigação convencional; no entanto, como já se fez referência anteriormente, teve-se o cuidado de realizar algumas entrevistas pilotos objetivando clarificar as questões ou itens que se revelassem mais potentes no sentido de permitir a apreensão da realidade estudada.

A organização das informações

Finalmente, parte-se para a etapa subsequente — a da organização das informações —, certamente, a mais difícil: trabalhar dialeticamente a realidade empírica coletada durante a atividade de campo e a contribuição teórica existente acerca da problemática, buscando uma interpretação coerente e sistemática da realidade social. Como ensina Goldmann¹³, para o pensador dialético as doutrinas são partes integrantes do fato social estudado e não podem ser separadas, pois o estudo da teoria é elemento indispensável para a análise atual do problema, na perspectiva de se obter a totalidade do social.

A análise empírico-teórica foi realizada tendo como referência as **categorias de análise** (apresentadas antes), procurando dar conta das principais dimensões da pesquisa e privilegiando a situação social e econômica do grupo, a percepção que o mesmo tem de suas condições de vida e de trabalho e, sobretudo, as formas com as quais operam tendo em vista a mudança da realidade.

Em linhas gerais, procedeu-se à análise das seguintes dimensões da realidade investigada:

a) análise da situação envolvendo as condições de existência e de trabalho do camponês inserido no contexto social e evolutivo de uma sociedade classista, explicitando os elementos que compõem a produção fa-

miliar do tipo camponês em sua articulação com o modo capitalista de produção;

b) estudo crítico da prática educativa que é desenvolvida na área, considerando fundamentalmente o conhecimento gestado ou reproduzido e as relações de poder que se estabelecem a partir dessa prática, buscando explicitar o projeto político que a mesma defende e serve; e

c) exame do papel que a ação pedagógica vem exercendo na formação da consciência social e histórica do campesinato, averiguando em que medida a educação vivenciada contribui para reproduzir econômica, política e ideologicamente a sociedade desigual ou para criar uma visão de mundo libertária e uma prática política voltada para a transformação da realidade opressora e injusta vivida pelo camponês.